



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

Dados da Reunião

Câmara:	Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Mel e Produtos Apícolas				
Título:	Reunião Ordinária N. 40				
Local:	Sala de Reuniões do 2º Andar, nº 250 - Ed. Sede do MAPA - Brasília/DF				
Data da reunião:	15/08/2016	Hora de início:	14:00	Hora de encerramento:	17:00

Pauta da Reunião

14:00h - Abertura da 40ª reunião, aprovação da Ata da reunião anterior e Relato da reunião realizada pelo Ministro Blairo Maggi com os Presidente das Câmaras – Nésio Medeiros

14:10h - Avisos e informações da Presidência e Secretaria da Câmara

- Calendário de reuniões 2015 - confirmação

- Assuntos tratados na reunião anterior (Audiência com a Ministra sobre Registro de Própolis no MAPA; Revisão da Resolução CONAMA nº 346/2004 Consulta Pública, Portaria nº 32/2016, sobre a Instrução Normativa Agroindústria de Pequeno Porte de Produtos de Abelhas e seus Derivados

- Informes ASPAR

14:20h – Indicação de nomes a serem submetidos ao Ministro, para Sucessão da Presidência da Câmara Setorial, pelos próximos 2 anos – Assessoria das Câmaras e membros da Câmara Setorial

14:35h – Informes sobre a publicação das Consultas Públicas nº 226 de 07/07/2016 e nº 227 de 11/07/2016, que tratam da autorização de uso de espécies botânicas regionais como aromatizantes de alimentos e bebidas, incluindo alguns compostos apícolas - Gerência Geral de Alimentos - GGALI/ Anvisa

14:50h – Apresentação sobre a constituição, funcionamento e experiências do Instituto Brasileiro da Cachaça, enquanto entidade representativa do setor – Diretor do IBRAC, Carlos Lima

15:20h – Apresentação sobre Eucalipto Transgênico - João Dagoberto dos Santos

15:40h – Esclarecimentos sobre os procedimentos adotados pelo MAPA em relação ao combate e controle do Aethina Tumida (besouro das colmeias) – DSA/SDA/MAPA, Valeria Martins

16:00h – Relatos sobre o Congresso Ibero Latino Americano em Cuba – CBA, Aragão Brito

16:10h – Informes e reflexos sobre o PL 3358/2015, para o setor apícola – Presidente da Câmara, ABEMEL e CBA

16:20h – Influência da polinização pela a abelha na cultura da soja – Pesquisador da EMBRAPA Soja, Décio Gazzoni

16:50h – Assuntos Gerais



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

17:00h – Encerramento

Lista de Participantes

	Nome	Entidade	Frq	Assinatura
1	NÉSIO FERNANDES DE MEDEIROS	FAASC	PR	
2	AGENOR SARTORI CASTAGNA	FAASC	PR	
3	FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA FACUNDO		PR	
4	RICARDO COSTA RODRIGUES DE CAMARGO		PR	
5	DANIELA FIRMINO SANTANA AMARAL	ACST/MAPA	PR	
6	FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA FACUNDO	ACST/MAPA	PR	
7	CARLOS PAMPLONA REHDER	ABEMEL	PR	
8	SIMONE COULAUD CUNHA	ANVISA	PR	
9	JOSE SOARES DE ARAGAO BRITO	CBA	PR	
10	JONAS ISMAEL JOCHIMS	CNA	PR	
11	Izabel Maria de Araújo Aragão	CODEVASF	PR	
12	VINICIUS ARAUJO DE CARVALHO	CSMel/CE	PR	
13	ALCINDO ALVES	Faamesp	PR	
14	NELSON VICTOR DE OLIVEIRA FILHO	FAERJ	PR	
15	ERALDO ANGELI	FAERJ	PR	
16	VITARQUE LUCAS PAES COELHO	MI	PR	
17	IRONE MARTINS SAMPAIO	OCB	PR	
18	LAURO JURGEAITIS	SINDIAPIS	PR	
19	PAULA ARIGONI	SINDIVEG	PR	
20	Luiz Aldo Dinnouti	SINDIVEG	PR	
21	PAULO ROBERTO DE MENEZES	AMESAMPA	PR	
22	ESTANISLAU MISSIP	AMESAMPA	CO	
23	CICERO CLEMENTE	CBA	CO	
24	RONALDO TEIXEIRA	DSA	CO	
25	DENISE EUCLYDES	DSA	CO	
26	DECIO LUIZ GAZZONI	EMBRAPA	CO	
27	SIGFRID FROMMING	FAASC	CO	
28	FLAVIA REGINA BARBOSA	FAERJ	CO	
29	CALOS LIMA	IBRAC	CO	
30	CLAUDIA ALVES DO VALLE STEHLING	SEBRAE	CO	
31	ANABE LOPES DA SILVA	TCU	CO	
32	ISABELA BONFIM	VECTOR	CO	

PR - presente / CO - convidado

Desenvolvimento

Ocorreu a leitura da ata:	Sim
Desenvolvimento	

Abertura da 40ª reunião, aprovação da Ata da reunião anterior e Relato da reunião realizada pelo Ministro Blairo Maggi com os Presidentes das Câmaras – Nésio Medeiros:



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

a Quadragésima Reunião Ordinária da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Mel e Produtos Apícolas foi aberta às quatorze horas do dia quinze de agosto de 2016, na sala de reuniões do segundo andar do edifício Sede do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA em Brasília/DF, pelo Presidente da Câmara, o Senhor Nésio Fernandes de Medeiros, que agradeceu a presença de todos. Na oportunidade, o Presidente fez um breve relato sobre a reunião, ocorrida em treze de julho onde foi apresentada pela meliponicultura, questões pendentes ao Ministro como: dados referentes ao crescimento futuro da cadeia e algumas dificuldades, como defasagem de pesquisa e assistência técnica, demanda relacionada a solicitação de registro da própolis encapsulada, bem como a entrada do besouro *Aethina Túmida*. Na sequência, o Presidente da Câmara submeteu à aprovação do plenário, a Ata da 39ª Reunião Ordinária, encaminhada previamente, por meio eletrônico, a qual foi aprovada, sem ressalvas, por unanimidade do plenário e seguiu para assinatura dos membros. **Avisos e informações da Presidência e Secretaria da Câmara:** o Secretário cumprimentou a todos e discorreu sobre os itens a seguir: **Calendário de reuniões 2015:** confirmada a 41ª RO para 07/11, em Brasília/DF. **Assuntos tratados na reunião anterior:** **Audiência com a Ministra sobre Registro de Própolis no MAPA:** Francisco Facundo lembrou que já havia sido solicitada audiência com a Ministra Kátia Abreu para tratar do assunto, no entanto, disse que essa reunião não ocorreu. Enfatizou que antes da saída da Ministra, seu Gabinete enviou o pedido da Câmara à Secretaria de Defesa do MAPA solicitando Nota Técnica a respeito do assunto, a qual, por um lapso de assessores do GM, foi encaminhada diretamente à ABEMEL, porém, não houve atendimento ao pleito. **Revisão da Resolução CONAMA nº 346/2004:** o Secretário da Câmara informou que a solicitação foi enviada para o **Diretor do Departamento de Conservação da Biodiversidade – DCBIO/MMA, no dia 15.02.2016**, através do ofício nº 001/2016/CSMel, tendo solicitado informações sobre o pleito, via e-mail em 2804 e recebido resposta pelo ofício nº 33/2016/DESP/SBF/MMA, datado de 31.05, que foi encaminhado a todos os membros da Câmara o qual informava que a Equipe do MMA se dispõe a receber representantes do setor para discussão do tema, como também solicitou informações complementares ao primeiro documento, as quais foram encaminhadas por meio do ofício nº 005/2016/CSMel, datado de 29 de junho e concluiu informando que foi agendada, para o dia seguinte, uma reunião de representantes deste colegiado com os representantes do Ministério do Meio Ambiente - MMA para prosseguir as tratativas sobre o assunto. **Consulta Pública, Portaria nº 32/2016, sobre a Instrução Normativa Agroindústria de Pequeno Porte de Produtos de Abelhas e seus Derivados:** sobre este assunto, o Presidente informou que recebeu da Senhora Ana Franco, representante do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal – DIPOA/MAPA, apresentou resposta sobre a análise relacionada às sugestões enviadas pelo setor (Câmara Setorial) ao Departamento, observando que das 40 sugestões apresentadas, 35 não foram aceitas e 05 aceitas parcialmente. Sobre o tema, o Sr. Aragão Brito, representante da CBA comentou que a convivência com o MAPA não está sendo boa, enfatizando que o MAPA apresenta informações destoantes, referindo-se a este tema e também a questão do *Aethina Túmida* (besouro das colmeias), conforme a seguir: sobre a IN 32/2016, informou que houve uma reunião com o Departamento do MAPA onde foram debatidos todos os pontos entre integrantes do MAPA, MDA, CBA e ABEMEL, representando a Câmara, no entanto, a Câmara é surpreendida, pois nada daquilo que foi conversado na referida reunião foi aprovado. Disse que o setor tinha plena certeza que as sugestões seriam atendidas pelo Departamento. Aragão também reclamou sobre a falta de informações por parte do MAPA sobre a questão do



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

Aethina Túmida, cujo relato, atendendo solicitação do Secretário da Câmara, foi feito e registrado no item que trata do tema em comento, considerando que na ocasião estarão presentes representantes do Departamento que cuida deste assunto. **Informes ASPAR:** não houve informativo. **Indicação de nomes a serem submetidos ao Ministro, para Sucessão da Presidência da Câmara Setorial, pelos próximos 2 anos:** o Presidente informou que foi indicado para presidir o colegiado na reunião do dia 04 de agosto de 2014, tendo tomado posse e presidido a primeira reunião em 05 de novembro, por ocasião do Congresso da CBA, em Belém, embora a Portaria que o designou só tenha sido publicada em maio de 2015, que oficialmente é quando o termino de seu mandato. Para o encargo de presidente indicou o nome do Senhor Lauro Jurgeaitis, representante do Sindicato dos Apicultores do Distrito Federal – SINDIAPIS/DF, para sucedê-lo, o qual, após breve discussão, foi aprovado em plenário, pela unanimidade dos membros da Câmara Setorial. **Encaminhamento:** publicar Portaria com a designação do novo Presidente da Câmara Setorial. Encaminhar, ao gabinete do Ministro, o nome do Sr. Lauro Jurgeaitis do SINDIAPIS/DF, indicado pelo plenário para presidir a Câmara Setorial pelos próximos 2 anos. Responsável: ACST/MAPA. **Informes sobre a publicação das Consultas Públicas nº 226 de 07/07/2016 e nº 227 de 11/07/2016, que tratam da autorização de uso de espécies botânicas regionais como aromatizantes de alimentos e bebidas, incluindo alguns compostos apícolas - Gerência Geral de Alimentos - GGALI/ ANVISA:** a representante da ANVISA, senhora Renata de Araújo Ferreira, informou aos membros que o assunto foi exaustivamente tratado na ANVISA, tendo se decidido submetê-lo a Consulta Pública, pelo prazo de 60 dias, para que os setores do agronegócio pudessem opinar. Sobre o processo de regulamentação e as Propostas Normativas, Renata disse que as espécies botânicas regionais são tema que fazem parte da Agenda Regulatória da ANVISA 2013/2014, os quais migraram para a Agenda atual, devido a sua relevância e que o mesmo está inserido na parte de aditivos alimentares e coadjuvantes de tecnologia. Este tema foi longamente debatido na ANVISA, com perspectiva de término para o final do ano de 2016. O tema também teve dois pareceres da procuradoria da ANVISA e em 2016 a Minuta foi reavaliada e apresentada a versão final. As duas IN estão em consulta pública, pelo prazo de 60 dias, com vigência até 16 de setembro, para que a sociedade opine sobre seu processo de construção e por esse motivo a importância da participação dos setores do agronegócio. A Instrução Normativa 01 estabelece os critérios para autorização provisória da comercialização de alimentos e bebidas contendo componentes aromatizantes provenientes de espécies botânicas regionais classificadas como N3 pela Resolução da Diretoria Colegiada RDC nº 2, de 15 de janeiro de 2007, que aprova o Regulamento Técnico sobre Aditivos Aromatizantes. A Instrução Normativa 02 que dispõe sobre os procedimentos para inclusão de espécies botânicas regionais classificadas como N3 na lista de base de componentes aromatizantes da Resolução RDC nº 2, de 15 de janeiro de 2007, que aprova o regulamento técnico sobre aditivos aromatizantes. Renata enfatizou que há a Resolução nº 02/2007 do Mercosul que autoriza o uso de aromatizantes em alimentos e estabelece os princípios dos mesmos, os padrões de identidade e qualidade e quais são os aromatizantes permitidos. Dentre os componentes aromatizantes permitidos para alimentos existem os componentes aromatizantes que são de espécies botânicas regionais, pois cada país tem sua flora específica e isso propicia o país que muitas vezes tem muitas espécies utilizadas regionalmente e que deve haver uma regulamentação específica, essa Resolução 02/2007 apresenta uma lista positiva de espécies botânicas, as quais são harmonizadas no bloco do Mercosul. Salientou que essa lista contém espécies autorizadas para o uso, no entanto, é



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

possível que novas espécies sejam incluídas. Disse que só podem ser autorizadas espécies botânicas que são classificadas como N3 que são plantas e ou partes das mesmas que, devido à sua longa história de consumo sem evidência de efeitos adversos agudos, são aceitas temporariamente para uso em certas bebidas e alimentos, em sua forma tradicional, no entanto, nos casos de plantas N3, as informações disponíveis são insuficientes para determinar adequadamente seu potencial de toxicidade em longo prazo. O uso de certos aromatizantes desta categoria pode estar limitado pela presença de um princípio ativo com restrição de limite no produto final (item 5.2.2.1 da RDC n. 2/07). O objetivo é a regulamentação das plantas usadas no mercado brasileiro e autorizadas por essa RDC. Renata informou que o objetivo das duas Instruções Normativas é regularizar o uso dessas plantas pelo período de um ano, até que essas espécies botânicas sejam incluídas na lista do Mercosul, RDC 02/2007. A IN 01 trata da autorização provisória, pelo motivo da autorização provisória e processo de regulamentação a ANVISA estabeleceu esta IN para que as empresas que estão em ilegalidade se adequem até que as espécies botânicas que estão em uso sejam incluídas na RDC02. Renata enfatiza que para que seja estabelecida a autorização pelo período de um ano, a empresa também deve solicitar à ANVISA, a inclusão da espécie botânica usada na RDC 02 do Mercosul. A autorização provisória será válida somente em território nacional; a ANVISA dará publicidade por meio de RE aos alimentos e bebidas que atenderem aos critérios de autorização para comercialização temporária e a IN ficará em vigor durante 18 meses após a sua publicação 4 meses para peticionamento pela parte interessada + 1 ano de autorização provisória + 2 meses para trâmites internos administrativos para publicação das Resoluções RE (superestimativa). Já a IN 02 estabelece os procedimentos para solicitação de inclusão na RDC n. 2/07 de espécies botânicas classificadas como N3 que apresentam permanência temporária de abrangência nacional e definitiva a partir da inclusão na RDC 02. Renata destaca que a IN não se aplica às espécies botânicas regionais que possuam princípios farmacológicos ativos, quando utilizadas em níveis terapêuticos. Também foi criado pela ANVISA procedimento para que o interessado solicite a inclusão direta na RDC 02/2007, sem participar das IN 01 e 02. Finalizando sua apresentação, Renata esclarece que espécies botânicas N1 e N2, são listadas na ANVISA, podem ser utilizadas, N3 deve constar na RDC 02/2007 e N4 nenhum país poderá utilizar, no entanto será autorizado o uso somente após solicitação e inclusão em lista específica da Federal Emergency Management Agency - FEMA e Joint FAO/WHO Expert Committee on Food Additives – JECFA. **Decisão:** a ABEMEL foi incumbida de coordenar e enviar, à ANVISA, as contribuições da Câmara Setorial relativas Consultas Públicas, da ANVISA, nº 226 de 07/07/2016 e nº 227 de 11/07/2016, que tratam da autorização de uso de espécies botânicas regionais como aromatizantes de alimentos e bebidas, incluindo alguns compostos apícolas, devendo considerar as sugestões de todas as entidades que participam desse Fórum Consultivo. **Encaminhamento 1:** encaminhar e-mail aos membros da câmara, com o link das Consultas Públicas, da ANVISA, nº 226 nº 227, solicitando que enviem contribuições referentes as mesmas, para o Sr. Agenor Castagna da ABEMEL, até o dia 05.09.2016. **Responsável:** Secretário da Câmara Setorial. **Encaminhamento 2:** encaminhar, à ANVISA (através do site indicado nas referidas Consultas Públicas), as contribuições da Câmara Setorial às Consultas Públicas nº 226 nº 227. O prazo máximo para envio é dia 16.09.2016. **Responsável:** Agenor Castagna da ABEMEL. **Apresentação sobre a constituição, funcionamento e experiências do Instituto Brasileiro da Cachaça, enquanto entidade representativa do setor – Diretor do IBRAC, Carlos Lima:** o representante do IBRAC fez uma apresentação sobre o funcionamento do IBRAC.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

Iniciou seu relato com informações referente ao setor da cachaça, o qual tem capacidade instalada de produção: 1,2 bilhão de litros, com produtores em todo Brasil registrados no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. O setor gera aproximadamente 600 mil empregos diretos e indiretos e exporta para 60 países. Relacionado ao contexto atual o palestrante enfatiza que o setor é acentuadamente heterogêneo e pulverizado praticamente em todo território brasileiro, disse que há unidades de produção familiares e grandes empresas convivendo no mesmo setor. Referente ao IBRAC, Carlos Lima informa que o Instituto Brasileiro da Cachaça foi fundado em 09 de março de 2006, tem 49 associados diretos entre entidades e empresas e representa mais de 80% do volume produzido e comercializado formalmente no Brasil. Salienta ainda que o IBRAC tem por objetivos prioritários o combate à clandestinidade e redução da informalidade; a Campanha Cachaça Legal; ampliar a possibilidade que as MPE's do setor possam optar pelo SIMPLES; a redução da carga tributária, principalmente para o micro, pequeno e médio produtor; ações visando o consumo responsável de bebidas alcoólicas; o reconhecimento da Cachaça no mercado internacional como um destilado genuíno e exclusivo do Brasil; a defesa da Caipirinha como bebida típica brasileira; as ações com vistas a promoção da Cachaça em mercados internacionais (Convênio IBRAC x Apex-Brasil) e a Agenda Estratégica da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Cachaça. Carlos Lima finalizou seu relato apresentando os planos futuros do setor da Cachaça que almeja a consolidação da Indicação Geográfica (IG) Cachaça e o presente momento da operacionalização da Indicação Geográfica; necessidade de defender a observância aos Padrões de Identidade e Qualidade (PIQs) da Cachaça e maior governança na cadeia produtiva como forma de preservar e aumentar sua valorização internacional e nacional e a mudança na forma de Governança, com maior empoderamento do setor. Enfatiza que a falta de fiscalização por parte do MAPA não facilita o trabalho do setor, pois não há fiscalização suficiente da produção da cachaça devido ao número de fiscais ser insuficientes. Disse que o IBRAC tem orçamento por contribuição de seus integrantes incluindo produção e indústria enfatizou que uma minoria contribui de fato, no entanto, toda a cadeia produtiva é beneficiada com o trabalho realizado pelo IBRAC. **Apresentação sobre Eucalipto Transgênico - João Dagoberto dos Santos:** o Sr. João Dagoberto cumprimentou a todos agradecendo a oportunidade e informou que é engenheiro florestal e geneticista, atualmente faz parte da CTNBIO, esclareceu que não fala em nome da CTNBIO, fala como pesquisador. Disse que a questão referente ao eucalipto transgênico é um fato consumado, porém reversível, que expõe todos a pólenes de eucaliptos transgênicos na paisagem. Informou que o Brasil aprovou a utilização comercial da árvore do eucalipto em construção genética. Disse que os experimentos e a comprovação da biossegurança não foram realizados e que a biodiversidade não foi levada em conta. O palestrante solicita à Câmara que seja pedido a abertura de informações, pois em sua opinião, a sociedade tem o direito de verificação do processo. Informou que questões transgênicas já são realidade nos citrus, cana de açúcar e mel. Não há pesquisas referentes ao pólen transgênico, apresentando riscos a toda biodiversidade. Em suas palavras há desgovernança política. A discussão que traz à Câmara é para alertar e para que a mesma possa fazer parte das discussões da CTNBIO, é necessário ter certeza que as questões relacionadas ao pólen transgênico poderão, ou não, causar danos à biodiversidade. Finaliza seu relato e se coloca à disposição para esclarecimentos. O Presidente disse que será um retrocesso na apicultura brasileira, caso ocorra o plantio do eucalipto transgênico e sugere que a Câmara encaminhe um manifesto de repúdio aos órgãos competentes, tendo a sugestão sido aprovada em plenário, por unanimidade.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

Encaminhamento: elaborar ofício a ser encaminhado ao Ministro Blairo Maggi, MCTI, CTNBio e outros, informando a preocupação da Câmara (entidades do setor privado) com os efeitos da transgenia do Eucalipto para o segmento apícola. Prazo para elaboração: dia 29.08.2016. A proposta será repassada a todos os membros da Câmara para aprovação, posterior assinatura do Presidente e envio **Responsável pela elaboração:** João Dagoberto dos Santos da Esalq. **Responsável pelo encaminhamento:** Secretário e Presidente da Câmara. **Esclarecimentos sobre os procedimentos adotados pelo MAPA em relação ao combate e controle do Aethina Tumida (besouro das colmeias) – DSA/SDA/MAPA:** para tratar este o tema, o Secretário da Câmara Setorial, Francisco Facundo, apresentou a Senhora Denise Euclides e o Senhor Ronaldo Carneiro Teixeira, representantes do DSA/SDA/MAPA que irão apresentar as informações a este Fórum Consultivo. Lembrou que o assunto teve início em uma reunião convocada pelo Diretor do Departamento de Saúde Animal, o Sr. Guilherme Marques, no início do mês de fevereiro, ocasião em que o assunto foi tratado, sob sigilo, acrescentando que naquela oportunidade o Departamento ficou de apresentar e compartilhar um documento técnico, informativo, com os representantes do setor, que participaram da reunião em fevereiro, para posteriormente divulgá-lo, o que não aconteceu até o presente momento, observando que tem recebido, com frequência, cobrança e explicações dos representantes do setor a este respeito e passou a palavra para a Senhora Denise Euclides, para suas considerações e explicações sobre o tema. Denise disse que o besouro foi detectado no final do ano passado e como já informado pelo Facundo, no início deste ano foi realizada uma reunião com representantes da Câmara. Disse que, tão logo o Ministério tomou conhecimento do surgimento do besouro, notificado pela Esalq, foi enviado um grupo técnico ao estado de São Paulo para verificar a situação e passar as orientações técnicas de como o estado deveria atuar, observando de acordo com as informações disponíveis até hoje, consta 17 focos do besouro em São Paulo, em 04 municípios paulistas: Piracicaba, São Pedro, Anhembi e Itatinga, acrescentando que o MAPA solicitou aos estados vizinhos que também façam investigação epidemiológica num raio de 20km da divisa estadual com São Paulo, para verificação da existência do besouro e as informações obtidas pelo MAPA levam o Departamento a acreditar que o besouro está restrito ao estado de São Paulo. Denise esclareceu que as colmeias, na busca das floradas, por não ficam restritas em uma localidade, torna mais difícil realizar uma investigação epidemiológica. A recomendação do MAPA ao estado de São Paulo é, desde o início, o sacrifício e destruição das colmeias afetadas e por esse motivo, foi prevista a indenização aos produtores, esclarecendo que o estado fez o sacrifício apenas de uma colmeia e por esse motivo, o Diretor do Departamento (DSA/MAPA), determinou que no início de setembro fosse marcada uma reunião no estado de São Paulo, não somente com os órgãos envolvidos, mas também com a Coordenadoria de Defesa de São Paulo, como também todo o setor envolvido, pois as ações que estão sendo recomendadas para a extinção do problema não estão sendo devidamente executadas por aquele estado. Na oportunidade, o Sr. Ronaldo disse que o besouro é uma praga exótica no Brasil e que em virtude dessa problemática, o Brasil está tendo restrições comerciais para exportação, tanto dos produtos apícolas quanto das frutas, pois o besouro pode ser transportado nos dois casos. Disse que a Argentina já impôs restrições comerciais aos produtos apícolas e as frutas brasileiras, o Chile também fez questionamentos e enfatizou que a tendência é que estas restrições sejam ampliadas. Esclareceu que sob a ótica do MAPA é necessário conhecer a visão epidemiológica da praga no país, para a tomada de decisões, visando a proteção da apicultura nacional e dos mercados que o Brasil é integrante. Disse que é necessária a



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

participação do setor apícola para dar conhecimento dos casos e auxílio para traçar as estratégias para livrar o país desse problema. Enfatizou que o serviço veterinário brasileiro é constituído por responsabilidades compartilhadas em âmbitos federal, estadual e municipal e o setor privado, sendo que, caso um dos integrantes não cumpra seu papel há perda para todos. O presidente informou que recebeu ligação do Diretor do Departamento de Sanidade do MAPA sobre o caso, enfatizou que o setor apícola quer trabalhar em parceria com o MAPA e que a Câmara, desde o dia 02 de junho, não recebeu nenhum comunicado do DSA/MAPA, conforme prometido e que solicitou informações ao Facundo e o mesmo informou que tem cobrado o documento do DSA, porém sem sucesso e que, segundo orientação do Diretor do Departamento, o tema deve ser tratado em sigilo. O presidente reclamou a falta de informações por parte do MAPA, acrescentado que a todo o momento os representantes do setor recebem informações de outras fontes e isto causa uma grande insegurança, exemplificando, informou que recebeu um documento da OIE sobre o tema, através da Secretaria de Defesa de Santa Catarina, enfatizando que as informações estão chegando por outras vias. Pede que o Departamento corrija os meios de comunicação, pois a Câmara Setorial não está sendo informada sobre as questões referentes à defesa sanitária do setor apícola, para que o mesmo participe da tomada de decisões. Esclareceu ainda que o apicultor não tem salário, portanto caso a tomada de decisões seja a de exterminar a colmeia, haverá também uma quebra de receita desse produtor. A informação apenas de que o produtor será indenizado, não constando prazo e valor leva esse produtor a não colaborar com a sanidade e extermínio da praga e finalizou seus comentários esclarecendo que o besouro está convivendo com as abelhas africanizadas no México e que nos apiários onde foram encontrados besouros, no Brasil, não tem sua produção comprometida. Antes de concluir a reunião, o Diretor disse que o Ministério iria elaborar um documento técnico sobre o tema, para isto estava aguardando mais informações de pesquisadores da Esalq e que antes da divulgação do referido documento, seria compartilhada uma minuta prévia com os representantes da Câmara Setorial que estavam presentes àquele encontro, o que não aconteceu até o presente momento. Aragão disse que esteve em São Paulo no mês passado e foi convidado a participar de uma reunião com o grupo dos técnicos de São Paulo, reclamando sobre o grande desencontro de informações, pois nesta reunião em SP foi informado sobre a existência documentos do MAPA convocando os representantes do setor para criar uma comissão e, que, onde houver foco do besouro, a decisão era para ser realizada a extinção da colmeia. Finalizando seu relato, disse que, em sua opinião, há desagravo e desrespeito do MAPA perante o setor, que está sendo surpreendido pelas decisões do MAPA e concluiu enfatizando que esse é o posicionamento da CBA e que a Câmara tem que se posicionar sobre isto. Finalizando, Denise disse que os relatos dos representantes do segmento serão de grande importância e deverão ser muito bem aproveitados na reunião anunciada para o início de setembro, em São Paulo, entre os órgãos de governo e representantes do setor e da academia, visando esclarecimentos e tomada de decisão, acrescentando que outros setores envolvidos também serão ouvidos, pois já há questões do besouro relacionadas às frutas, e que a tomada de decisão deverá ser eficaz para todos os setores do agronegócio envolvidos, para que num futuro o MAPA não seja acusado de ter beneficiado um setor e prejudicado outro, como por exemplo, inviabilizar a exportação de frutas brasileiras, pois a praga afeta o mel e as frutas também, e que por esses motivos, que o debate é saudável e necessário, pois trabalhar sem o envolvimento dos setores é muito difícil. Referindo-se a questionamentos sobre como serão feitas as indenizações, Denise esclareceu que essa matéria é disciplinada



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

pela Lei 569, de 21 de dezembro de 1948, que estabelece medidas de defesa sanitária animal, e dá outras providências, inclusive sobre indenizações em virtude de mediadas de sacrifício de animais e prevê a criação de uma Comissão, constituída com esta finalidade. Não há uma regra única para determinar o valor das indenizações, isto depende da avaliação da referida Comissão, que analisa caso a caso, inclusive levando em consideração as questões relacionadas aos lucros cessantes. Informou, ainda, que o estado de São Paulo proibiu o transporte de colmeias dos quatro municípios com focos do besouro e que a Argentina para comprar frutas brasileiras, exigiu uma certificação de procedência, na qual deverá ser informado que em um raio de 20 km de onde saiu o caminhão não há a existência do besouro, e que o caminhão que irá fazer o transporte deverá ser desinfetado e isto tem que constar em certificação vegetal e declaração oficial, acrescentando que quem está analisando esse procedimento é a área que trata da sanidade vegetal do MAPA. **DECISÃO** do plenário do colegiado, sugerindo o encaminhamento, ao DSA/DSA/MAPA, de solicitação prioridade para o Plano de Sanidade Apícola, bem como a reativação da referida Comissão. O Presidente agradeceu a participação da Senhora Denise e do Senhor Ronaldo e finalizou o tema. **Encaminhamento:** encaminhar ofício ao DSA/SDA/MAPA solicitando prioridade para o Plano de Sanidade Apícola, bem como a reativação da Comissão de Sanidade. Responsável pela elaboração: Consultor da Câmara, Ricardo Camargo. Responsável pelo encaminhamento: Secretário e Presente da Câmara. **Relatos sobre o Congresso Ibero Latino Americano em Cuba – CBA, Aragão Brito:** o representante da CBA apresentou um breve relato sobre o Congresso. Disse que houve amadorismo e que não adianta os acontecimentos ocorrerem e não chegarem à base que são os produtores. Viu fragilidade dentro do modelo organizacional, sendo que o mesmo precisa ser mais bem trabalhado. Esclareceu que o evento é do agricultor e do meliponicultor, no entanto, não houve preços condizentes, os valores de inscrições foram altos, inibindo a participação. Falou sobre a carência de recursos para o deslocamento dos produtores. Há carência também de gestão dos organismos internacionais objetivando a inserção da opinião do produtor nacional e local, falta a conversa com as entidades representativas. Finalizou seu relato dizendo que foi uma feira pequena com poucos expositores. **Informes e reflexos sobre o PL 3358/2015, para o setor apícola – Presidente da Câmara, ABEMEL e CBA:** o Presidente informou que o referido Projeto de Lei exclui mel e seus derivados das normas de inspeção de produtos de origem animal. Disse que os produtos da apicultura ficarão sujeitos a normas específicas, definidas em regulamento, sendo analisados como de origem animal e vegetal, e que, pela proposta, as ações de inspeção e fiscalização deverão ter natureza prioritariamente orientadora quando se tratar de estabelecimentos de pequeno porte. Finalizou seus comentários dizendo que o produtor deve ter liberdade para produzir. **Decisão:** o plenário aprovou, por unanimidade, que deverá ser consultando o DIPOA/MAPA, convidar representante do Departamento para participar das discussões na próxima reunião da câmara e verificar o posicionamento do setor e negociar prazo até o dia 20.11.2016, para apresentação do mesmo. **Encaminhamento 1:** encaminhar ofício ao Relator do PL, solicitando prazo até o dia 20 de novembro de 2016 para apresentação do posicionamento consensuado da Câmara Setorial, bem como consequente interrupção temporária da tramitação do mesmo. Responsável: Secretário da Câmara, Francisco Facundo. **Encaminhamento 2:** encaminhar, ao DIPOA, cópia do documento dirigido ao Relator do PL e consultar qual posicionamento do Departamento sobre o mesmo e convidando-o para participar das discussões na próxima reunião da câmara. Responsável: Secretário da Câmara, Francisco Facundo. **Encaminhamento 3:** fazer gestão junto ao Relator



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

do PL 3358/2015, para informar que o setor ainda não tem um posicionamento firmado e negociar prazo até o dia 20.11.2016, para apresentação do posicionamento da Câmara Setorial. Responsável: Aragão Brito da CBA. **Influência da polinização pela a abelha na cultura da soja – Pesquisador da EMBRAPA Soja, Décio Gazzoni:** o Senhor Décio Gazzoni, pesquisador da Embrapa, apresentou aos membros da Câmara a influência da polinização pela abelha na cultura da soja. Explicou que o projeto pretende identificar quais voláteis estão presentes no relacionamento entre as plantas de soja e as abelhas, qual a composição química dessas substâncias e também entender a atratividade e mesmo eventuais fatores de repelência que existem entre soja e abelhas para usar o conhecimento na melhoria da soja e da preservação dos polinizadores. Disse que o trabalho vai contemplar cinco grandes frentes de pesquisa e deve elevar o conhecimento científico atualmente disponível sobre a relação de uma das principais culturas agrícolas mundiais. Entre as atividades previstas está a captura de substâncias voláteis, que atraem ou repelem os insetos, e a relação entre esses polinizadores e a produtividade da leguminosa. Entre as linhas de pesquisas, o palestrante informou que estão previstas: o mapeamento dos hábitos dos insetos polinizadores nas lavouras de soja e o impacto dos inseticidas sobre as colônias, bem como estratégias para reduzir e minimizar os riscos, relacionando questões para formular as estratégias que aliam o controle de pragas com o mínimo de impacto sobre os polinizadores. Finalizou sua apresentação com as informações sobre o XXV Congresso Internacional de Entomologia, sob o tema Entomologia sem Fronteiras que será em Orlando, Florida, EUA. O presidente agradeceu a presença e parabenizou pela pesquisa. **Assuntos Gerais:** o Presidente, conforme havia anunciado no início desta reunião, retomou o assunto sobre a resposta do DIPOA às contribuições da Câmara Setorial de que trata a Consulta Pública, Portaria nº 32/2016, sobre a Instrução Normativa de Agroindústria de Pequeno Porte de Produtos de Abelhas e seus Derivados. Disse que o assunto foi debatido em reunião realizada no período da manhã, entre alguns membros deste colegiado, enfatizando que o tema não requer mais discussão e só resta realizar novo encaminhamento, contestando alguns pontos da resposta encaminhada pelo DIPOA/SDA/MAPA. **Encaminhamento:** encaminhar, ao DIPOA, ofício solicitando reavaliação de 2 itens constantes da planilha de resposta à Portaria 32/2015, Consulta Pública sobre Agroindústria de Pequeno Porte de Mel, os quais são considerados altamente prejudiciais ao segmento apícola. **Responsável pela elaboração:** Consultor da Câmara, Ricardo Camargo. **Responsável pelo encaminhamento:** Secretário e Presidente da Câmara. **Encerramento:** o Presidente agradeceu a presença de todos e, não havendo mais assunto, a reunião foi encerrada às dezessete horas e eu, Daniela F. Santana Amaral, lavrei a presente ata, revisada pelo Secretário da Câmara. Todas as apresentações estarão disponíveis, após autorização, no site do MAPA através do endereço eletrônico <http://www.agricultura.gov.br/camaras-setoriais-e-tematicas>.

Preposições

Item	Item da reunião
------	-----------------



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

Ações

Item	Ação	Responsável	Dt. prevista
------	------	-------------	--------------

Dados da próxima reunião

Local:			
Data da reunião:		Hora de início:	
Pauta da Reunião			

Anexos

Arquivo	Descrição
---------	-----------